



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado MAURO NAZIF

MPV 1109
00146

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.109, DE 25 DE MARÇO DE 2022

AUTORIZA O PODER
EXECUTIVO FEDERAL A
DISPOR SOBRE A ADOÇÃO,
POR EMPREGADOS E
EMPREGADORES, DE
MEDIDAS TRABALHISTAS
ALTERNATIVAS E SOBRE O
PROGRAMA EMERGENCIAL
DE MANUTENÇÃO DO
EMPREGO E DA RENDA,
PARA ENFRENTAMENTO
DAS CONSEQUÊNCIAS
SOCIAIS E ECONÔMICAS DE
ESTADO DE CALAMIDADE
PÚBLICA EM ÂMBITO
NACIONAL OU EM ÂMBITO
ESTADUAL, DISTRITAL OU
MUNICIPAL RECONHECIDO
PELO PODER EXECUTIVO
FEDERAL.



CD/22030.75313-00

Emenda nº

Dê-se ao §5º do art. 28 da medida provisória nº 1.109, de 2022, a
redação que segue:

“art. 28.

.....



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauro Nazif
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220307531300>



* C D 2 2 0 3 0 7 5 3 1 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado MAURO NAZIF

§5º o empregado com contrato de trabalho intermitente a que se refere o § 3º do art. 443 da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1943, formalizado anteriormente ao reconhecimento do estado de calamidade pública pelo poder executivo federal, fará jus ao bem no valor equivalente à média mensal da remuneração auferida no ano anterior ou o valor previsto no art. 18 da lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, o que for maior.”

Justificativa

A medida provisória autoriza a suspensão dos contratos de trabalho, a redução de jornada e corresponde redução proporcional do salário e a interrupção das atividades da empresa pelo empregador em caso de calamidades públicas reconhecidas pelo poder executivo federal. Trata-se de uma legislação que se pretende perene, ainda que sua aplicação seja restrita a situações excepcionais, operando como instrumento de prevenção da proteção do emprego e renda diante de substancial comprometimento da capacidade de resposta do poder público do ente atingido por desastres, com risco de grave à sustentabilidade econômico e social.

Um dos mecanismos de proteção da renda, durante esses períodos de dificuldade, consiste no pagamento do benefício emergencial de manutenção do emprego e renda ao empregado atingido pela redução da jornada e de salário ou pela suspensão do contrato de trabalho. Esse benefício, contudo, não é assegurado aos trabalhadores intermitentes, modalidade de contrato de trabalho extremamente precário e cujos salários, em média não superam um salário mínimo vigente.

Estudo do dieese mostra que, em 2019, a remuneração mensal média dessa modalidade de contratação foi de R\$ 637 – 64% do salário mínimo do ano passado, menos ainda do que em 2018 (80%). 22% dos contratos mantidos em 2019 não resultaram em qualquer renda em benefício do trabalhador – um efeito nefasto e frustrado das reformas trabalhistas que prometiam modernização e novos postos de trabalho.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauro Nazif

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220307531300>



CD/22030.75313-00



* C D 2 2 0 3 0 7 5 3 1 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado MAURO NAZIF

Ainda que se considere a característica flexibilidade atribuída à modalidade intermitente, tal não justifica a completa ausência de respaldo estatal a esses trabalhadores que também são afetados pela redução das atividades empresariais. Ao vedar-lhes o pagamento do bem, ou de qualquer ajuda compensatória por parte da empresa, apenas agrava a já precarizada relação de trabalho.

A presente emenda propõe o pagamento do bem ao trabalhadores intermitentes, no valor equivalente a média mensal dos salários recebidos no ano anterior ao do reconhecimento do estado de calamidade ou o valor previsto no art. 18 da lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, o que for maior.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos ilustres pares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado MAURO NAZIF



CD/22030.75313-00



* C D 2 2 0 3 0 7 5 3 1 3 0 0 *